



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

AS MULHERES E A EDUCAÇÃO OFERECIDA NA ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA

Raquel da Silva Guedes (*Universidade Federal de Campina Grande-UFCG- raquel.silva.guedes@gmail.com*);

Rafael Porto Ribeiro (*Universidade Federal de Campina Grande-UFCG- rafaelporto2@hotmail.com*).

A Escola Politécnica da Paraíba foi a primeira instituição de ensino superior da cidade de Campina Grande, embrião da atual Universidade Federal de Campina Grande, fundada em 1952, oferecia em suas instalações o curso de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. O objetivo desse trabalho é pesquisar como foi ofertada a educação as mulheres que cursavam engenharia na Escola Politécnica da Paraíba? As universidades estavam preparadas para educar as mulheres mediante toda a dificuldade e preconceito enfrentado por estas para estar em um espaço dito masculino que eram as graduações em exatas? Quais as dificuldades nesse desafio? O tema surgiu no Projeto Memória e História da Ciência e Tecnologia em Campina Grande, Em prol de responder essa lacuna fizemos uma pesquisa no acervo da Escola Politécnica presente no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande e entrevistamos ex-aluno(a)s e ex-funcionário(a)s da instituição. A partir dessas fontes pretendemos responder essas perguntas

Palavras-chave: Mulheres, Educação, Engenharias.

INTRODUÇÃO



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Este trabalho traz uma abordagem sobre a conquista de um espaço por parte feminina que até então se dizia apenas para o usufruto masculino, as engenheiras. Temos comum saber histórico que a conquista feminina no espaço público foi um trabalho contínuo que levou anos e causou muita desestabilidade as normas culturais da época, a mulher no ensino superior em cursos de graduação ditos masculinos na cidade de Campina Grande foi um exemplo. A questão base é: a educação superior e as universidades estavam preparadas para ensinar as mulheres a serem engenheiras? Como se deu essa educação? Quais as barreiras?

Para isso, trabalhamos com a Escola Politécnica da Paraíba, sendo esta a primeira instituição de ensino superior a ter seu projeto político pedagógico consolidado na cidade. Criada em 1952, com o curso de Engenharia Civil, só teve, devido a questões da burocracia da época, autorização para funcionar a partir de julho de 1954. Foi então neste período que se realizou o primeiro vestibular para a seleção de alunos, tendo sido aprovados apenas oito candidatos. Essa instituição conseguiu consolidar seu projeto político ainda na década de sessenta, sob a direção de Antônio da Silva Moraes. A partir de 1963, sob a Direção de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, ocorre a expansão de cursos e do corpo docente e técnico-administrativo, acompanhada também de expansão física do espaço.

Em 1974, com a reforma cêntrica colocada pelo Ministério da Educação, a Escola Politécnica deu origem ao Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), e ao Centro de Ciências Humanas, do então campus II da Universidade Federal da Paraíba, hoje Universidade Federal de Campina Grande.

Entre a criação da Escola Politécnica e sua transformação em CCT (1952/1974) foram criados os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Pós-Graduação em nível de Mestrado em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Pós-Graduação em nível de doutorado em Engenharia Elétrica; foram criados os cursos de Engenharia Mecânica; Processamento de dados (atual Sistemas de Computação); e Meteorologia. De 1976 a 1980 foram criados os cursos de Matemática, Física, Engenharia Química, Engenharia Agrícola, Engenharia de Materiais e Desenho Industrial.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR E SUPERIOR



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A educação passou a ser reivindicada, as escolas foram montadas para receber as crianças e os incentivos à educação foram lançados. Mas, e as mulheres? Inicialmente, as escolas eram para homens, após exigências, foram criadas as escolas para as crianças do sexo feminino (DEL PRIORE, 2011). Contudo o ensino ainda era diferenciado, uma vez que os meninos costumavam estudar matemática enquanto as meninas tinham aula de canto (PERROT, 2008).

Inicialmente as mulheres cursavam apenas o ensino secundário, tratavam-se de escolas especiais, apenas em 1950 a mulher passou a frequentar o ensino secundário. No Brasil a onda educacional feminina ocorreu no século XIX, pouco antes desses discursos, foi reivindicação feminina a criação de escolas mistas, ou seja, com meninos e meninas estudando no mesmo local, isso porque “as mulheres não confiavam no ensino que se concedia a elas, temiam a desvalorização, reivindicavam a ‘coeducação’ dos sexos, os mesmos programas de espaços, que garantiriam uma certa igualdade” (PERROT, 2008:96).

Essa foi uma grande conquista de 1960, mas ainda assim a preparação profissional entre os gêneros era divergente. As mulheres estudavam para adentrar na Escola Normal e seguir carreira como professoras do ensino básico, pois essa tarefa estava ligada as feições femininas, a professora era associada a segunda mãe ou a tia e apenas ela com sua infinita paciência teria o dom e doçura precisa para o ensino das crianças. A moda foi tão aclamada que em menos de dez anos a existência de um professor em sala de aula no ensino básico foi extinta (DEL PRIORE, 2011), acredita-se que para cada 100 mulheres professoras apenas um homem ainda estava no ensino básico como informa Gracira Louro (2011).

Profissionalmente a mulher estava longe de ser respeitada e valorizada. Começava uma nova luta feminina, a luta pelos direitos profissionais e dentro destes, o direito a cursar o ensino superior nos cursos que desejavam, fosse magistério, engenharia, medicina ou direito. Em áreas onde as mulheres eram consideradas mais aptas, como magistério, enfermagem, farmácia e odontologia os obstáculos foram menores, porém significativos (MATOS,2013), mas em outras profissões como a de direito as dificuldades foram maiores, por exemplo, Mirtes de Campos foi a pioneira nesta área, formada em 1889, só conseguiu seu registro na OAB em 1905 após forte resistência. (SANDENBERG,1994). Para outras profissões Maria Matos coloca:



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

As profissões de maior prestígio e que exigiam nível universitário - na medicina, na engenharia e no direito, por exemplo - eram de difícil acesso às mulheres, sendo o ambiente universitário considerado um domínio masculino e havendo inúmeras restrições ao ingresso das mulheres nos cursos. Foi somente em 1879 que a legislação brasileira autorizou as mulheres a frequentar instituições de ensino superior e se titular no país. (MATOS,2013, p. 136).

Essa acessibilidade permitiu que de 1970 a 1975, em diferentes níveis e áreas do conhecimento, o número de mulheres na universidade aumentasse cinco vezes enquanto a de homens dobrasse (MATOS,2013). Uma década depois, o avanço da escolaridade já estava mudando o cenário do mercado de trabalho, com mais mulheres, gerando produtividade, mas também olhares atípicos e preconceito. (SANDENBERG,1994).

É bem verdade que o maior número de mulheres ainda está na área de humanidades, mas nas engenharias e exatas esse número vem crescendo a cada ano de maneira considerável (MATOS,2013), estava se erradicando uma nova luta social e moral feminina em prol de anos de silenciamento e confinamento a não poder viver o espaço público e o espaço da ciência:

A ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento em que suas origens foi estruturado para excluí-las (SCHIEBINGER,2001, p.37).

Mesmo assim, as barreiras ainda se formavam em outras escalas, a pós-graduação, por exemplo, limitou a presença feminina. Os números colocam que 54% dos concluintes de graduação eram mulheres, no término do doutorado apenas 35% eram mulheres e na formação docente no ano 1995 apenas 11% de mulheres foram admitidas para ensinar nas universidades dos Estados Unidos. (SCHIEBINGER, 2001)

Na América Latina as mulheres que concluíram a graduação em cursos de enfermagem e engenharia civil foi de 80 e 50%, respectivamente, e a admissão delas enquanto profissionais foi de 35 e 23% (TABAK,2002). Alega-se que muitas dessas mulheres, que chegavam a exercer a profissão de docente nas universidades estavam ajudando os maridos em pesquisas e terminaram sendo contratadas, mas seus salários eram 20% menores que os dos homens. (SCHIEBINGER, 2001).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

AS MULHERES E A ESCOLA POLITÉCNICA

Os relatórios das atividades da Equipe de Trabalho sobre a Questão da Mulher¹ trazem dados que nos permitem identificar o contexto no qual as profissionais das engenharias e da arquitetura se inserem principalmente no tocante à menor presença de mulheres em áreas ou regiões específicas, bem como o número massivo de homens por todas as áreas de atuação e regiões país afora, pelo Conselho Federal de Engenharias e Arquitetura (CONFEA).

População Brasileira e Profissionais CONFEAS

População do Brasil			Profissionais do Sistema CONFEAS		
Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
77.442.865	79.627.298	157.070.163	600.097	91.932	692.029
49,30%	50,70%	100%	86,72%	13,28%	100%

Tabela 3: Comparativo entre população em geral e profissionais do sistema CONFEA/CREAS (FERNANDES, 1999).

Apesar das mulheres serem maioria na população total brasileira, elas continuam sendo minoria na área das engenharias. Essa porcentagem reflete a dificuldade enfrentada por mulheres de todo o Brasil de ingressarem nas ciências exatas. Não bastassem as dificuldades iguais a ambos os sexos – concorrência para entrar em um curso superior, a dificuldade dos conteúdos já dentro do curso – as mulheres ainda têm que conviver com a ideia errônea de que estão em um ambiente que não foi feito para elas, e que elas não seriam capazes de desempenhar práticas cotidianas da profissão. Ideias reforçadas pelo machismo implícito em brincadeiras entre colegas, por exemplo, afirmado que mulheres não sabem contar, tem raciocínio lógico limitado ou são muito delicadas para o trabalho em campo que as engenharias requerem.

Na Escola Politécnica a presença feminina causou espanto, o que ocasionou em uma espécie de reação justificada pela teoria da criação da mulher para Amélia. Esse espanto gerou um preconceito, mesmo que expressado de uma maneira branda, entre pequenas brincadeiras cotidianas e em formas de

¹ Todos os resultados das atividades do GT Mulher podem ser encontrados no livro *A Mulher da Área Tecnológica no Brasil* (1999) de organização da arquiteta Ilka Beatriz Albuquerque Fernandes et. Al.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

teste de capacidade. Todo esse processo foi levado na esportiva por essas mulheres, como afirma Ana Maria em entrevista “mas engenharia era visto assim como um assombro e eu que era mulher, Ave Maria, foi uma revolução, me perguntaram ‘e pode uma mulher estudar engenharia?’ Sabe... veja o preconceito, assim, o atraso né? Mas eu nem ligava” (CATÃO,2012, p.02).

O espanto e as brincadeiras abrem margem para um questionamento: Esse estranhamento das mulheres em cursos de engenharia ocasionou em diferenças de formação? Sobre isso o professor José Sérgio coloca, formado pela Escola politécnica da Paraíba Coloca:

É claro que existia uma diferença de formação, as pessoas não sabiam como lidar com a novidade, digamos assim. Há 40 anos atrás o relacionamento entre pessoas de sexo diferente não era tão aberto quanto hoje em dia. Tão aberto em termos de contar piadas, de chamar palavrão, essas coisas. Hoje em dia essas coisas ficaram normais, ou usuais, digamos assim, por isso o espanto. (NETO, 2013, p.04)

José Sérgio toca em uma diferenciação na formação entre homens e mulheres de uma maneira social, ou seja, a sociedade espantada com o atípico, mas Moêma, aluna de Engenharia Elétrica da mesma instituição de ensino, alega: “As provas costumavam ser difíceis, mas alguns professores dificultavam mais para a gente, era uma espécie de mostrar a nossa capacidade ou colocá-la a prova.” (CATÃO,2012, p.02). O depoimento da aluna demonstra a falta de preparação de alguns professores para lidar com as diferenças de gênero, os depoimentos anteriores mostram a falta de preparação dos alunos para lidar com essa diferença, o que mostra que a educação ainda teria que se readaptar a diferença e ao atípico.

CONCLUSÕES

Falar sobre as mulheres, sua educação, liberdade de expressão e escolha própria de um futuro é algo delicado. Historicamente a luta feminina moveu-se em duas vertentes, de um lado a luta árdua por melhorias de vida, liberdade, direitos civis de igualdade, por outro foi levado ao extremismo, a falta de relativização.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Ainda assim, devemos lembrar como se deram essas conquistas femininas, essa mulher que travou o que muitos falam de batalha por direitos e o que nomeio de busca por ideias e direitos igualitários, saiu ao espaço público para enfrentar a sociedade e buscar seu futuro. Muitas coisas mudaram desde então, as mulheres usaram minissaia, conseguiram o voto, a profissão em campos até então pouco ocupados por mulheres e o respeito em muitas áreas, seja no ambiente familiar privado ou nas ruas.

Vale salientar, que essa luta ainda esta sendo travada, hoje em mentalidade, muito se avançou, mas o estigma da mulher desprotegida, dona do lar e segunda voz ainda é uma constante, talvez por esse motivo seja importante lembrar como se deram as conquistas femininas, para que elas continuem ocorrendo como um ideal de busca de melhorias.

Assim foi mostrado ao longo desse trabalho. Hoje as mulheres estudantes das escolas tem um ideal de ir ao ensino superior e traçar uma carreira profissional, muitas já conciliam o estudo com a formação de uma família e até com a maternidade e outras idealizam essa realidade para depois da estabilidade financeira.

Ao longo da pesquisa foi colocado também as causas que justificam o motivo de os cursos de exatas receberem poucas mulheres nas décadas de 1950,1960 e 1970, este, comprovado com fragmentos de entrevistas. Também foi possível perceber o olhar lançado as mulheres engenheiras, o preconceito e o estranhamento ao atípico. Para além destas questões, outro fator exemplificado foi a fragilidade educacional no despreparo para lidar com esses fatores gritantes, seja por parte dos professores, alunos e até das mulheres. Tudo isso indica que muitos estudos devem ser feitos e perpassados para que a educação se adéque as diferenças de gênero e sexualidade. Se o gênero feminino encontrou todo essas barreiras apenas para cursar engenharia, ao longo do sexo XXI as dificuldades são ainda maiores com outras categorias sexuais em alta. É necessário adaptação e respeito urgente.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

FONTES

→ Entrevistas:

Ana Maria Vilar Campos:

Graduação em Engenharia Civil. Entrevista realizada dia 06/05/2013 às 19,00hs, na sua residência.

José Sérgio da Rocha Neto:

Graduação em Engenharia Elétrica. Entrevista realizada dia 21/05/2013, às 11:00hs, na coordenação de Engenharia Elétrica na UFCG.

Maria Alencar Rolim:

Ex funcionária da Escola Politécnica Entrevista realizada dia 15/03/2013 às 14,00hs, em sua residência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREND, Silvia Fávero: Trabalho, Escola e Lazer. In PINSKY, Carla B., PEDRO, Joana Maria, Nova *História das Mulheres no Brasil*, 1 ed, São Paulo: Contexto: 2013.

CAVALCANTI, Silêde Leila. *Mulheres Modernas Tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes- Campina Grande 1930/1950*. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE. 2000.

DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 10 ed, São Paulo, Contexto, 2011.

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do corpo- Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1995.

MATOS, Maria Izilda, BORELLI, Andrea, Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In PINSKY, Carla B., PEDRO, Joana Maria, *Nova História das Mulheres no Brasil*, 1 ed, São Paulo: Contexto: 2013.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas de Silêncio no Movimento dos Sentidos*. 3ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. 3ed, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia, Mulheres educadas e a educação de mulheres. In PINSKY, Carla B., PEDRO, Joana Maria, *Nova História das Mulheres no Brasil*, 1 ed, São Paulo: Contexto: 2013.

SADENBERG, Cecília M B. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro, BINGEMER, Maria Clara L, *Mulher e Relações de Gênero*, São Paulo: Edições Loyola: 1994.

SANT'ANNA, Denise Bermuzzi: Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: *Políticas do Corpo: elementos para uma história das práticas corporais* org: Denise Bernuzzi Sant'Anna. Tradução de Mariluce Moura: 2. Ed, Rio de Janeiro: Estação Liberdade, 2005.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo Mudou a Ciência?*. 2ed, São Paulo: Edusc, 2001.

SCOTT, Jonh. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1990.

TABAK, Fanny. *O Laboratório de Pandora: estudos sobre ciência no feminino*. 1ed, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.